



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA E AS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA EDUCAÇÃO FISCAL
EM SANTARÉM NO BAIXO AMAZONAS**

**Luciléa Dos Santos Albuquerque Baltazar, Lourdes Maria Carvalho Tavares, João Paulo Dos
Santos Da Silva**

[ARTIGO] GT 2 Análise de Políticas Públicas

BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA E AS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA EDUCAÇÃO FISCAL EM SANTARÉM NO BAIXO AMAZONAS

RESUMO

A formação de uma sociedade consciente e participativa, detentora de um pensamento crítico, depende de uma educação de qualidade e para que se tenha a compreensão da importância socioeconômica do tributo é fundamental maior visibilidade da Educação Fiscal. Em Santarém, a Educação Fiscal está institucionalizada na rede municipal de ensino por meio da Lei 18.034, e desde 2012 as escolas vem apresentando projetos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal. Dessa forma, configura-se como problema de investigação: Qual o papel dos burocratas a nível de rua nas experiências exitosas da educação fiscal nas Escolas públicas de Santarém? Assim sendo, buscou-se identificar o envolvimento e compromisso dos atores públicos e o papel fundamental na efetivação destas ações. Os resultados obtidos demonstram que os profissionais possuem as características de implementadores de políticas públicas, atuando diretamente e influenciando as relações e dinâmicas que estabelecem dentro do território onde moram e trabalham.

PALAVRAS CHAVE: Educação Fiscal. Burocratas a nível de rua. Projetos

INTRODUÇÃO

O Estado nação pode possuir diversas formas dependendo do que é estabelecido pela sociedade, sendo ela responsável por sua institucionalização (CHIEZA et al, 2018). O Estado tem a responsabilidade de promover o funcionamento dos serviços públicos e realizar obras que contribuam com a melhoria da qualidade de vida da população a partir da manutenção das políticas públicas de saúde, educação, saneamento básico e segurança dentre outros. Para que o Estado cumpra com seus compromissos junto a sociedade necessita de recursos financeiros que são obtidos com a cobrança de tributos (CHIEZA et al, 2018)

Os tributos arrecadados pelos órgãos públicos competentes são de extrema importância para a manutenção de serviços indispensáveis para o funcionamento estatal e para o bem estar da população, sendo normatizados através do sistema fiscal (CHIEZA et al, 2018). A forma como o Estado obtém os recursos e como estes são divididos é de interesse da sociedade, e para isso é preciso ampliar o conhecimento, a participação e o exercício da cidadania dos atores sociais, esses objetivos podem ser alcançados a partir da Educação fiscal.

A formação de uma sociedade consciente e participativa, detentora de um pensamento crítico, depende de uma educação de qualidade. Para que a sociedade tenha

a compreensão da importância socioeconômica do tributo é fundamental que a Educação Fiscal tenha maior visibilidade.

A Educação Fiscal tem como principal objetivo estimular no cidadão a consciência cívica e fiscal. A Educação Fiscal além de despertar no cidadão a importância do pagamento espontâneo dos tributos, fortalece-o para o exercício de seus direitos sociais, desenvolve o espírito comunitário e participativo conscientizando-o da responsabilidade individual para com a coletividade e buscando valorizar os tributos pagos. (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006)

Em Santarém, a temática Educação Fiscal está institucionalizada como tema transversal na rede municipal de ensino por meio da Lei 18.034, de 12 de dezembro de 2006. A lei também contém todo o embasamento legal para tratarmos do assunto nas escolas e na sociedade em geral (NASCIMENTO; SILVA, 2022). O município desenvolve a temática em 161 escolas e 03 instituições, sendo que apenas 54 escolas são localizadas na área urbana, as demais estão localizadas em áreas de planaltos, rios e várzeas.

Santarém representa o estado do Pará no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, sendo este uma iniciativa da Associação Nacional de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, tendo expressiva participação, ganhando seis das dez edições que participou (NASCIMENTO; SILVA, 2022). Toda essa experiência exitosa ocorre devido a inúmeros motivos, dentre eles estão o comprometimento dos participantes com o tema, a convicção de que a educação é o único meio de transformação, a colaboração e apoio dos órgãos envolvidos e a abnegação dos servidores.

O envolvimento e compromisso dos atores públicos, identificados como burocratas de nível de rua por interagirem diretamente com os atores sociais (LIPSKY, 2019), tem um papel fundamental na efetivação destas ações. Dessa forma, a principal questão desta pesquisa é: Qual o papel dos burocratas a nível de rua nas experiências exitosas da Educação Fiscal nas Escolas públicas de Santarém?

Dessa forma, o trabalho tem como objetivo o estudo das ações realizadas pelos burocratas de nível de rua e sua influência na continuidade das atividades de Educação Fiscal no município.

O trabalho está organizado em quatro partes principais, além desta introdução, temos inicialmente uma seção com a discussão teórico-conceitual a respeito do papel dos burocratas de nível de rua, em seguida os dados sobre a Educação Fiscal no município, com análises e discussões, e depois apresentamos o percurso metodológico utilizado para

a pesquisa, e por fim, no último tópico, são apresentadas algumas considerações sobre os pontos apresentados

DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

No contexto atual, a Educação Fiscal é vista como instrumento para a cidadania, objetivado no esclarecimento ao contribuinte sobre a função socioeconômica do tributo, tendo uma relação harmoniosa com o Estado, formando um cidadão consciente, responsável, sensível, que pense global e aja localmente (CHIEZA et al, 2018). Um cidadão que seja capaz de intervir e de modificar a realidade social, a partir da comunidade na qual está inserido, tornando-se sujeito ativo da sua própria história.

Grzybovski e Hahn (2006) Ramos (2011), Pereira (2014), Palma (2015), definem “Educação Fiscal” como um método de ensino e aprendizagem cujo objetivo passa por fornecer informações fiscais relevantes no cotidiano do cidadão, bem como conscientizá-lo dos seus direitos e deveres inerentes ao cumprimento das obrigações fiscais (PEREIRA; CRUZ, 2016)

Pereira e Cruz (2016) advertem que, de acordo com Palma e Pita (2015), a Educação Fiscal vem dar resposta à necessidade emergente de transformar a relação entre Estado e cidadão, dado que a sua inexistência pode distorcer a percepção do segundo sobre o sistema fiscal e pode influenciar no comportamento do contribuinte, nomeadamente na decisão de cumprir ou não cumprir as suas obrigações fiscais. Através deste tipo de educação é possível transmitir valores de cidadania fiscal de modo a que os cidadãos interiorizem estes três valores: “a importância do papel do cidadão-contribuinte; as atitudes de respeito pelo que é público e a responsabilidade fiscal” (PEREIRA; CRUZ, 2016).

Pinsky (2020) explica que cidadania enfeixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão. Aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (taxas e impostos) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum. Dessa forma, a cidadania pressupõe o pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação; o direito a condições básicas de existência (comida, roupa, moradia, educação e atendimento de saúde) acompanhado da obrigação de zelar pelo bem comum.

O mesmo autor esclarece que a cidadania autêntica se prende à ideia de contrato social, ou seja, a um complexo de direitos e deveres, que cada um tem para com todos os

outros, tendo a consciência de pertencer a um coletivo. Fábio Konder Comparato assevera que “se as nossas assim chamadas elites nunca tiveram a menor noção do que seja cidadania, nem por isso encontramos-nos diante de um caso desesperado: o remédio é obviamente a educação, encarada como tarefa maior de toda a sociedade.” (PINSKY, 2020).

Nesse contexto, surgem servidores públicos, professores e demais representantes do Estado que, conscientes de seu dever para com a sociedade, entendem que a Educação Fiscal é importante para a sociedade brasileira, haja vista que, tanto do modo formal quanto por meio do lúdico, buscam prover de conhecimento crianças e jovens para o exercício dos seus direitos, cumprimento dos seus deveres e atitude proativa para um futuro melhor, justo e solidário.

Em tais agentes públicos podem ser identificadas características dos burocratas de nível de rua. Francesco Bonelli et al (2019) enfatizam que, dentre outras publicações, destaca-se o estudo seminal de Lipsky (1980), no qual os burocratas implementadores são identificados como “burocratas de nível de rua”: agentes estatais que, diferentemente dos burocratas de médio escalão, como diretores, gerentes e coordenadores, prestam seus serviços diretamente ao usuário-cidadão ou monitoram os serviços públicos prestados por terceiros (HAM;HILL, 1993; LIPSKY, 1980). Segundo Lipsky (1980), para os burocratas que atendem diariamente os usuários, chamados na literatura também de burocratas da linha de frente ou burocratas das esquinas (OLIVEIRA, 2012), a exemplo de policiais, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, professores, juízes etc., torna-se inevitável adotar ações discricionárias para garantir a aplicação das políticas no plano administrativo (Bonelli et al, 2019).

Lotta (2012) ensina que na medida em que esses burocratas implementadores convivem dentro da comunidade, a forma como implementam a política pública é diretamente influenciada pelas relações e dinâmicas que estabelecem dentro do território onde moram e trabalham. A estudiosa cita dois potenciais analíticos: o primeiro é a integração de novos atores e das perspectivas relacionais às análises, buscando compreender a implementação como um processo de interação que acontece entre diversos atores, burocratas ou não, ao longo de uma cadeia de atividades, decisões e relações. O segundo é a introdução dos valores e referências desses diversos atores nas análises, o que pressupõe reconhecer a discricionariedade dos atores como capaz de influenciar os processos de implementação das políticas públicas.

Neste sentido, os burocratas de nível de rua cumprem um papel importante no processo de Educação Fiscal da população. Os burocratas vinculados ao processo educacional estabelecem ações buscando a capacitação e o entendimento da população sobre a importância do pagamento dos tributos para a sociedade, sua função social, a correta aplicação do dinheiro arrecadado, a necessidade de zelo pelo patrimônio público, dentre outros. . Uma das políticas públicas que é operacionalizada por estes atores é o Programa de Educação Fiscal, que tem abrangência nacional e é construído através de ações conjuntas de vários ministérios.

A EDUCAÇÃO FISCAL EM SANTARÉM

A Educação Fiscal é um processo que visa a construção de uma cidadania através do conhecimento da função socioeconômica dos tributos e tem o objetivo de estimular uma participação cidadã capaz de controlar e fiscalizar as ações do Estado (BALTAZAR, 2009). À vista disso, foi criado o programa de Educação Fiscal que é um programa de âmbito nacional, integrado pelos Ministérios da Educação, Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF) e Secretarias de Fazenda e de Educação estaduais (BALTAZAR, 2009).

O Programa de Educação Fiscal integra Estados e Municípios, atendendo estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, assim como, servidores públicos e sociedade em geral, tendo como objetivo a promoção e institucionalização da Educação Fiscal (NASCIMENTO; SILVA, 2022).

O programa foi implementado nas escolas da cidade de Santarém, município do Estado do Pará, a partir do ano de 2006, quando foi publicada a Lei 18.034/2006 que criou o Grupo Municipal de Educação Fiscal em Santarém, introduzindo o tema da Educação como transversal nos currículos escolares da rede municipal.

O Grupo Municipal de Educação Fiscal de Santarém/Pará é constituído pela Prefeitura Municipal de Santarém representada pelas Secretarias de Finanças e de Educação do Município, bem como, membros da Receita Federal do Brasil, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e Secretaria de Estado de Educação – 5ª URESEFA. O projeto tem a participação de 161 escolas nas atividades programadas para o ano de 2023. Destas instituições, 144 são públicas municipais e apenas 17 estaduais. (OLIVEIRA, 2023).

As escolas santarenas tem se destacado nas edições do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, representando o Estado do Pará já foram ganhadoras em seis das dez edições que participaram.

O Prêmio Nacional de Educação Fiscal é promovido todos os anos, desde 2012, e é promovida pela Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), o propósito principal desta iniciativa é valorizar projetos que atuem com as temáticas da função social dos tributos, a qualidade do gasto público, bem como acompanhamento do retorno dos recursos para a sociedade (PNEF, 2022), podem participar do concurso: escolas, instituições (universidades, organizações não governamentais, prefeituras, secretarias municipais e demais instituições da iniciativa pública e privada), imprensa e projetos da área de tecnologia. (PNEF, 2022).

O quadro 1 (abaixo) apresenta as conquistas das escolas do município:

QUADRO 1: CONQUISTA DE PREMIAÇÕES PELAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTARÉM

ANO	ESCOLA	PROJETO	CLASSIFICAÇÃO
2014	EEFA Frei Ambrósio Mirim Coordenação: Professora Eliana Mara Morais.	Projeto Sol cidadão Legal	1º Lugar
2015	EMEF Professor Antônio de Sousa Pedroso – Indígena Borari Coordenação: Professora Marlene Rodrigues.	Projeto: Educação Fiscal: Cidadania e diversão	2º Lugar
2017	EMEIEF Professora Rosilda Wanghon Comunidade Perema Coordenação: Professor Marivaldo Sousa	Projeto: Cidadão Nota 10: um instrumento para a prática da cidadania	3º Lugar
2019	EMEIEF Drª Maria Amália Queiroz de Souza Coordenação: Professora Márcia Ximenes	O projeto, à época Educação Fiscal e o desenvolvimento de competências empreendedoras: um diálogo entre a Escola e as Empresas do bairro do Mapiri	3º Lugar
2020	EMEIEF Professora Rosilda Wanghon Comunidade Perema Coordenação: Professor Marivaldo Sousa	Projeto: “Cidadão digital: um link para a justiça social”	1º Lugar
2021/ 2022	ENEIEF Santa Luzia Coordenação: Professor Elves Costa	Projeto: “Zelar pelo patrimônio público escolar é dever de todos!”	3º Lugar

Fonte: Elaborado pelos autores

O quadro das conquistas de premiações das escolas públicas municipais de Santarém demonstra o comprometimento do Grupo Municipal de Educação Fiscal (GMEF), Carla Nascimento e Sara Silva (2022) representantes da Secretaria de Finanças e integrantes do GMEF ressaltam que com a excelência dos projetos apresentados e a importância da Educação Fiscal, a maior recompensa é perceber que esses cidadãos repassam os conhecimentos adquiridos à família e à comunidade, visto que o estudante tem a liberdade de criar a metodologia que os ajuda a entender o assunto. Elas ainda destacam que dos 144 municípios paraenses, 14 tem Grupo Municipal de Educação Fiscal oficialmente constituídos. Destes, o Município de Santarém é único atuante desde a sua criação, em 2006 (NASCIMENTO; SILVA, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia utilizada para este estudo é de abordagem qualitativa, método de estudo de caso e técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, documental e entrevista estruturada. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Desta forma, foram consultados livros, artigos, teses e dissertações coletados da plataforma Scielo e portal Capes, que referenciavam sobre Educação Fiscal e Burocratas a nível de rua.

Para Kripka et al (2015), a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno, considerando documentos: quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. (KRIPKA ET AL, 2015). A vista disso foram utilizados livros e documentos do governo e de instituições não governamentais que continham dados sobre o Prêmio Nacional de Educação Fiscal e do desempenho das Escolas Públicas Municipais de Santarém

A pesquisa também foi classificada como estudo de caso, conceituado por Robert Yin (2010), como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Os dados documentais foram coletados de notícias no site da Prefeitura Municipal de Santarém e da Febrafite, assim como de um breve histórico disponibilizado por integrantes do GMEF/SAN. Realizou-se uma enquete com as perguntas apresentadas abaixo, que apesar da baixa adesão, foi suficiente para demonstrar como se dá a participação e o empenho dos servidores envolvidos em todas as etapas do programa.

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA EDUCAÇÃO FISCAL EM SANTARÉM 17, 27 de mar. de 2023	
A pesquisa objetiva identificar os fatores que favoreceram as premiações obtidas pelos projetos de Educação Fiscal implementados nas Escolas Municipais e Estadual de Santarém.	
Perguntas	Respostas
1. Você é integrante do Grupo Municipal de Educação Fiscal - GMEF/SAN? *	Sim Não
2. Você acha importante a execução de projetos de educação fiscal nas escolas municipais? *	Sim Não
3. A que você atribui o êxito obtido nos projetos de educação fiscal no Município de Santarém?	Selecione no máximo 3 opções. Comprometimento dos integrantes do GMEF Comprometimento dos professores e gestores das escolas Acreditar na importância da educação Abnegação dos servidores, professores e gestores Parceria entre os Órgãos que atuam na área tributária, Secretarias Municipais, Secretarias Estaduais e Escolas envolvidas Outra
4. Em relação a pergunta anterior, que outro atributo você pode citar?	Livre
5. Dê a sua opinião sobre as experiências exitosas da educação fiscal em Santarém? *	Livre

Formulário elaborado no Microsoft Forms

RESULTADOS E ANÁLISES

A noção de que a educação fiscal ensina a pagar tributos é desmistificada à medida que o Programa Nacional de Educação Fiscal tem a finalidade de formar cidadãos comprometidos com a sociedade, tratando de temas como a relação Estado e Sociedade, função social dos tributos e controle social, dentre outros.

O Programa de Municipal de Educação Fiscal em Santarém tem por objetivos: institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o público-alvo para a função socioeconômica do tributo, e desenvolver o espírito crítico no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Essa temática foi introduzida nos

currículos escolares da rede pública e municipal como tema transversal, contando, em 2022, com a participação de 161 escolas, sendo 17 escolas estaduais, e 3 instituições.

Importa ressaltar que no decorrer do ano, ocorrem vários eventos de formação para professores e diretores de escolas interessadas, voltados para o planejamento e a edição de projetos para essa temática, realizados pelo GMEF/SAN e SEMED, com o apoio do Grupo Estadual de Educação Fiscal do Pará – GEFI/PA, tais como palestras, oficinas e formação para disseminação do conteúdo aplicado.

Com o intuito de reconhecimento às iniciativas de impacto social e tributário que transformam a realidade brasileira, desde 2012 a Febrafite realiza o Prêmio Nacional de Educação Fiscal, buscando valorizar projetos que atuem com as temáticas da função social dos tributos, a qualidade do gasto público, bem como acompanhamento do retorno dos recursos para a sociedade. O referido prêmio é voltado às escolas, instituições (universidades, organizações não governamentais, prefeituras, secretarias municipais e demais instituições da iniciativa pública e privada), imprensa e projetos da área de tecnologia.

O Município de Santarém apresentou projeto nas 10 edições da premiação, sendo detentor de 6 prêmios nacionais na categoria ESCOLAS. Em 2014, com o Projeto SOL Solidário, conquistou o 1º lugar. Em 2015, o 2º lugar foi para a Escola Indígena Borari, de Alter do Chão. Em 2017, a Escola Rosilda Wanghon, com o projeto Cidadão Legal, conquistou o 3º lugar. Em 2019, a Escola Maria Amália, ficou em 3º lugar. Em 2020, a Escola Rosilda Wanghon, conquistou o 1º lugar de melhor prática de cidadania do Brasil. E em 2021/2022, a Escola Santa Luzia, trouxe o 3º lugar.

Evidencia-se que o reconhecimento dos projetos causa emoção nos professores vencedores das edições, nos servidores públicos que atuaram nos bastidores do projeto, assim como na comunidade em que as escolas estão inseridas, considerando a lição de cidadania desenvolvida pelo projeto, quer seja na função social do tributo, na conservação do patrimônio público, no exercício dos direitos e na conscientização dos deveres.

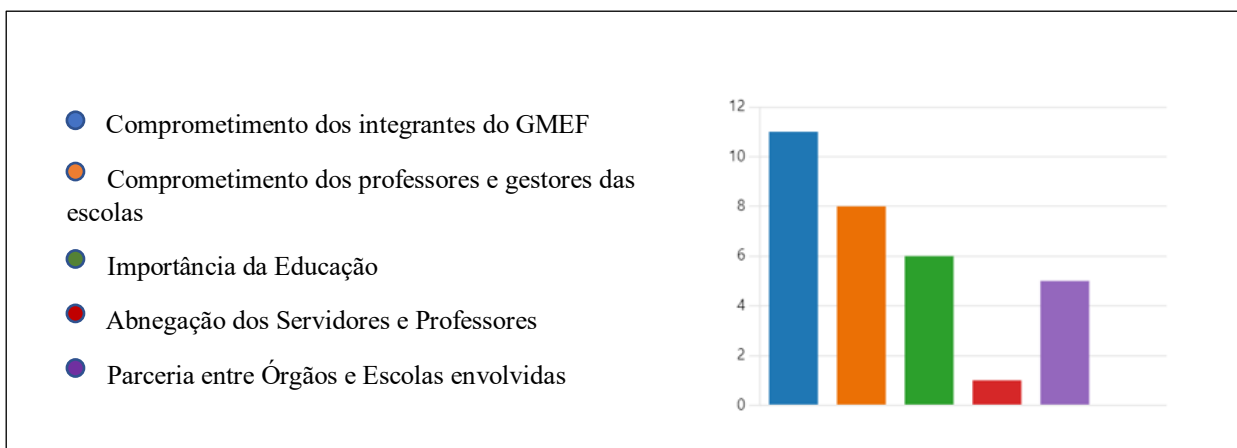
E é nesse contexto que se visualizam os burocratas de nível de rua, que como leciona Lotta (2012), na medida em que esses burocratas implementadores convivem dentro da comunidade, a forma como implementam a política pública é diretamente influenciada pelas relações e dinâmicas que estabelecem dentro do território onde moram e trabalham. Ou seja, esses professores de escolas públicas estaduais e municipais, bem como os servidores públicos federais, estaduais e municipais, tem um diferencial dos

demais, visto que se empenham na construção da cidadania para um país cada vez melhor, mais justo e solidário.

Visando compreender o motivo das experiências exitosas no município, realizou-se uma enquete com a participação de 11 pessoas dessas categorias, indagando qual a opinião deles para tal êxito e obteve-se as seguintes respostas.

Os respondentes atribuem as conquistas às características apontadas na figura 1:

FIGURA 1:



FONTE: Elaborada pelos autores

Ao questionar os respondentes se indicariam outra (s) características além das listadas anteriormente, eles apresentaram outros motivos, como a importância da educação, a formação periódica, a prática docente, as diferentes metodologias, a autêntica parceria dos envolvidos, entre outros, conforme demonstrado na figura 2 a seguir.

FIGURA 2: OUTRAS CARACTERÍSTICAS DE SUCESSO NA EDUCAÇÃO FISCAL



FONTE: Elaborada pelos autores

Instados a dar a sua opinião, constata-se que aprovam a forma como o programa vem se desenvolvendo ao longo dos anos, de acordo com os pensamentos expressados.

Análise dos envolvidos nos projetos

Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	Toda ação requer grandes parcerias, o GMEF tem essas parcerias
Entrevistado 2	Importante para fortalecer a consciência cidadã e, assim, contribuir com o desenvolvimento social e econômico regional.
Entrevistado 3	A Educação é a chave para evolução de nossa sociedade e a Educação Fiscal traz a questão da cidadania, de colocar o jovem como participante na construção e gestão do Estado e no papel da sociedade
Entrevistado 4	As experiências exitosas contribuem pra incentivar outras experiências
Entrevistado 5	Elas juntas agregam e somam para a padrão em cidadania da cidade de Santarém. Segundo o último censo do IBGE, já passa de 320mil habitantes e esse número demanda bons serviços públicos que precisam ser acompanhados pelo cidadão.
Entrevistado 6	Meu primeiro trabalho foi no ano de 2022. Trabalhei um tema voltado a cidadania e a Educação Especial, mais especificadamente no sentido de garantir o direito do cidadão cego a ter rótulos em braille nas embalagens dos produtos, uma vez que também pagam imposto e assim merecem ser respeitados como consumidores. As formações são de conhecimentos relevantes e as trocas de experiências são riquíssimas. Você apreende, adapta pra sua realidade, abre-se um leque de novas aprendizagens.
Entrevistado 7	Projeto muito bom
Entrevistado 8	Ela vem trabalhando dentro do colégio valores, cidadania e cultura fiscal e fomenta uma cidadania participativa e consciente de todos os participantes e comunidade
Entrevistado 9	De extrema importância para o fortalecimento da prática docente e a construção da diversidade de temáticas para os alunos.
Entrevistado 10	A educação fiscal como assunto transversal é de suma importância na formação de cidadãos mais conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e solidária.
Entrevistado 11	Muito empenho do GMEF!!

Ante ao exposto, sabe-se que educar para cidadania não é tarefa fácil, mas é gratificante ver a sociedade sendo estimulada a pensar em ter atitudes melhores em relação ao ambiente que vive, por meio de tema transversal aprendido na escola por crianças, adolescentes e jovens, sendo expandido para as universidades e sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação fiscal não é apenas ensinar a pagar corretamente o tributo como o senso comum acredita, ela tem como objetivo principal estimular no cidadão a consciência cívica e fiscal. A formação de uma sociedade consciente e participativa detentora de um pensamento crítico depende de uma educação de qualidade, para que a sociedade tenha a compreensão da importância socioeconômica do tributo é fundamental que a Educação Fiscal tenha maior visibilidade.

O Município de Santarém institucionalizou o Programa de Educação Fiscal, por meio da Lei nº 18.034/2006. Várias escolas municipais e estaduais apresentaram projetos

nas 10 edições do Prêmio Nacional instituído pela Febrafite, sendo o município detentor de 6 prêmios nacionais na categoria escolas.

A principal questão desta pesquisa é: Qual o papel dos burocratas a nível de rua nas experiências exitosas da educação fiscal nas Escolas públicas de Santarém? Dessa forma, buscou-se identificar o envolvimento e compromisso dos atores públicos, identificados como burocratas de nível de rua por interagirem diretamente com os atores sociais tem um papel fundamental na efetivação destas ações.

Analisando as ações dos professores, diretores de escolas e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais envolvidos pertencentes ao quadro das Instituições parceiras, constatou-se que esses profissionais possuem as características de implementadores de políticas públicas que convivem dentro da comunidade, a sendo suas atuações diretamente influenciadas pelas relações e dinâmicas que estabelecem dentro do território onde moram e trabalham. Tal fato foi corroborado pela breve enquete respondida por pessoas ligadas a projetos desenvolvidos.

No entanto, necessário se faz que haja uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, dada a expansão dos projetos para Instituições da sociedade civil e de ensino superior, com o fim de analisar o resultado real do programa de educação fiscal como instrumento de cidadania na busca de uma sociedade mais consciente, participativa, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, Antônio Henrique Lindenberg. et al. Direito Tributário e Controle Social. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, n 114. p. 45,52, jan./abr 2009.

BONELLI, Francesco; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; COÊLHO, Denilson Bandeira; PALMEIRA, Jamili da Silva. A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: uma proposta de análise expandida. Cad. Ebape.BR, v. 17, n. especial, p. 800-816, Rio de Janeiro, Nov. 2019

CHIEZA, Angela; DUARTE, Maria Regina Paiva; CESARE, Claudia M. de. **Educação fiscal e cidadania: reflexões da prática educativa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.

GIL, Antonio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 40, n. 5, p.

841 a 864, 2006. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6861>. Acesso em: 16 mar. 2023.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colombia** No. 14, julio-diciembre. 2015. PAG: 55-73

LIPSKY, Michael. Burocracia de Nível de Rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Machael Lipsky: tradutor, Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília. Enap. 2019

LOTTA, Gabriela. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

NASCIMENTO, Carla; SILVA, Sara. **15 Anos de Cidadania em Santarém, Oeste do Pará, 2022**

OLIVEIRA, Dannie. **Grupo de Educação Fiscal inicia atividades em Santarém.** Iniciativa atua incentivando a comunidade educativa quanto à importância da Educação Fiscal como exercício de cidadania. Site da Prefeitura de Santarém, Santarém, 2023. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/financas/grupo-de-educacao-fiscal-inicia-atividades-em-santarem-j6o2kf>. Acesso em 20 de Març. 2023

PALMA, Clotilde Celorico; PITA, Monica. Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal - os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal. **Revista de Finanças Públicas E Direito Fiscal.** nº 2 VIII. Coimbra: Edições Almedina, AS. 2015

PEREIRA, Ana Isabel Teixeira Duarte. Literacia fiscal: um estudo empírico. Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, 2014. Disponível em: < <http://ria.ua.pt/handle/10773/14293>> Acesso em 25 de Mar. de 2023

PEREIRA, Dayse; CRUZ, Sergio Ravara. Educação Fiscal: Revisão da Literatura. Estudos do ISCA, 14. Série IV. 2016

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Joana Margarida de Souza Pereira. Educação Fiscal como Ferramenta- Impacto da Ausência de Educação fiscal. Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro. 2011. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/8785/1/6242.pdf>> Acesso em 25 de Mar. de 2011

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010